



## RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES-ACRE: OCUPAÇÃO IRREGULAR E A EXPANSÃO DA PECUÁRIA

Francisca da Silva Reis<sup>1</sup>  
Sergio Aparecido Nabarro<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O uso e capturas de terras públicas no país é uma questão complexa, uma vez que esse problema está intrinsecamente ligado à estrutura fundiária brasileira concentrada e para formação de latifúndios. Na Amazonia, as ocupações se intensificam impulsionadas pela expansão da fronteira agropecuária, subsidiada por políticas públicas voltadas a integração da Amazonia ao processo de acumulação do capital nacional e internacional (Silva e Silva, 2022). Esse processo avança sobre as terras devolutas, motivados por políticas e projetos econômicos e de infraestruturas.

Na Amazônia brasileira, registra-se sete décadas de aplicação de políticas públicas mais incisivas para fomentar o crescimento econômico da região (1960/2020). Essas ações governamentais direcionaram à região a produção de matérias primas, convertendo sua exuberante natureza em campo de acumulação e acumulação primitiva do capital nacional e internacional (Silva e Silva, 2022, p. 2).

Esse histórico de ocupação na Amazônia se passou por processos complexos que reflete hoje nos problemas que impacta tanto do ponto de vista agrários como os ambientais.

[...] do histórico de ocupação desta porção do território nacional e da dinâmica assumida por grandes projetos de investimento, nacionais e internacionais, voltados à pecuária, à mineração, à produção de energia, ao cultivo de grãos, e que contaram, historicamente, com fortes incentivos governamentais (Menezes et al., 2018, p. 6).

O movimento de consolidação da fronteira agrícola atrelada ao processo capitalista, cuja ocupação que foi se dando a partir do aspecto de colonização, muito influenciada pelas ideias políticas da propriedade privada da terra (Silva, 2007).

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina- UEL, franreis115@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina -UEL, sergionabarro@uel.br



Diante disso, os projetos econômicos voltados a expansão do cultivo de soja, as pastagens, a exploração madeireira, os projetos de mineração e infraestrutura, dinamiza uma lógica de devastação do território, comunidades e ambiente.

Dessa forma, o capital se expande por meio de processos de apropriação e domínio do território (Carrero et al., 2022). Esse domínio sobre a terra, decorrente da expansão da fronteira agrícola, se estenderá para as áreas protegidas, caracterizando uma apropriação privada desses territórios (Silva e Silva, 2022). Diante disso, o desenvolvimento econômico voltado a produção pecuária e no cultivo de grão dinamiza uma lógica de devastação do território, das comunidades e do ambiente, ao estimular atividades que tem como base o desmatamento e na exploração dos recursos naturais (Silva, 2007; Menezes et al., 2018).

A mudança na legislação ambiental visando a apropriação privada das terras públicas é um dos instrumentos utilizado que envolve a ação estatal e de forças econômicas nas formas de captura da terra, que se dão por meio da grilagem, legalização e regularização fundiária (Costa et al., 2015; Duarte et al., 2019).

Essa dinâmica de capturas de terras pública por meio mudanças dois instrumentos legais, atinge a RECM. Essa estratégia se materializou na proposta de Lei nº 6024/19 que visava alterar os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes, com a justificativa de defesa dos pequenos produtores rurais (Souza, 2020). Contudo, o pano de fundo que permeia esse argumento é, na verdade, a defesa do setor agropecuário. Essa mesma preocupação se evidenciou no posicionamento de lideranças políticas frente à Operação Suçuarana, uma ação realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na RECM, com o objetivo de combater a pecuária ilegal (Teston e Frade, 2025).

As lideranças, criticaram a operação, com argumentos contraditórios, uma vez que, discutiam soluções para o setor agropecuário em área de reserva extrativista, ao mesmo tempo que cobravam a revisão da lei de criação da reserva, quando, na verdade, a discussão deveria envolver alternativas para conter o desmatamento e a ocupação ilegal na reserva.

No cenário atual, a RECM enfrenta problemas relacionados à ocupação irregular e ao aumento do desmatamento, especialmente pela difusão da pecuária em suas áreas. As práticas de ocupação ilegal estão intrinsecamente associadas à degradação ambiental, impactando nas mudanças nos padrões de uso e ocupação da terra, como o aumento das taxas anuais de desmatamento e queimadas observadas no estado do Acre e na Amazônia (Silva et al., 2021). O desmatamento e as queimadas fazem parte da transformação da cobertura da terra, alterando áreas de floresta em áreas



agrícolas voltadas a agricultura e pastagens. Além disso, essa mudança pode ser observada pela variação no tamanho das áreas desmatadas e queimadas anualmente, com tendência de aumento de áreas maiores que 20 hectares (Silva et al., 2021).

Esta pesquisa se delinea diante de uma conjuntura do avanço da fronteira agrícola que visa o desenvolvimento de atividades como pecuária, cultivo de soja e exploração madeireira imposta para Amazônia, da qual o Acre participa como área de expansão do processo produtivo do capital que marca o território como representação da devastação e conflitos. O caminho deixado por essa expansão se segue pela supressão da floresta e formam representações na paisagem e no território, como o arco do desmatamento e do fogo que integram municípios do Acre como Rio Branco, Sena Madureira, Feijó e Tarauacá, que estão entre os 51 que hoje respondem por 75% desmatamento na Amazônia. Além disso, eles, e o município de Manoel Urbano estão relacionados na lista de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia (Brasil, 2024).

O rastro da devastação configura uma das marcas deixadas por regionalizações do agronegócio, uma delas conhecida com AMACRO, que integra os estados Amazonas, Acre e Rondônia como uma nova área de expansão do capitalismo. Trata-se de uma região favorável à expansão produtiva do agronegócio, estruturada por estratégias de localização geográfica voltadas ao escoamento da produção (Monteiro e Bernardes, 2024). A criação da AMACRO nessa região se beneficia de uma estrutura já consolidada pelas atividades agropecuárias, suas ações nessa região contribuem para dispersão das atividades do agronegócio para outras regiões centrais do estado.

A pesquisa se justifica, diante da dinâmica de devastação e dos impactos sobre a RECM marcado por processos de invasão e pelas mudanças de uso do território e da cobertura florestal. A Reserva Extrativista Chico Mendes, caracteriza-se como uma das Resex mais desmatadas da Amazônia (SEMA, 2024). A RECM está localizada em uma das áreas críticas em relação ao desmatamento no estado do Acre, especificamente ao longo das BR 364, BR 317. A expansão do desmatamento está relacionada aos conflitos fundiários que na maioria dos casos envolve as atividades ilegais de desmatamento, queimadas, retirada de madeira entre outros (Melo et al., 2019).

Este trabalho tem como objetivo observar o uso e cobertura da terra, bem como, o Cadastro Ambiental rural (CAR) na Reserva Extrativista Chico Mendes. A partir da análise bibliográfica e documental, utilizando os dados do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso da Terra do Brasil (MapBioma) e do Cadastro Ambiental Rural CAR, busca-se verificar a situação dos cadastros nessas áreas críticas e sua relação da perda florestal para a pastagem.



A análise da situação CAR na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), apresentou uma ampla ocorrência de cadastros do tipo imóvel rural. O maior número de cadastros 260 foi encontrado na cidade de Xapuri, dos quais 180 foram cancelados. Seguidos de Eitaciolândia com 160 cadastros. Embora, a maioria dos registros desse tipo estejam cancelados, expressa uma incidência de reivindicação de terras por particulares dentro da RCM.

A análise da perda florestal para a formação de pastagens demonstrou uma relação direta entre o desmatamento e o aumento da pastagem, evidenciando a pressão dessa atividade sobre as áreas de floresta. O predomínio desse tipo de atividade na RCM pode estar relacionado à nova dinâmica de ocupação da qual a reserva vem passando.

Contudo, esta pesquisa ressalta a importância de se desenvolver estudos na Reserva Extrativista Chico Mendes, diante das novas dinâmicas territoriais que vêm se afirmando. Além de contribuir para compreender esses processos e a busca por soluções frente aos desafios que incidem na RECM.

## **METODOLOGIA**

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa que teve como técnica de pesquisa o levantamento bibliográfico na reunião da base teórica para a discussão dos elementos que contribuem para análise dos problemas de pesquisa e análise documental que envolve a coleta, organização e sistematização de dados geográficos sobre o desmatamento e registros do Cadastro Ambiental Rural na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM).

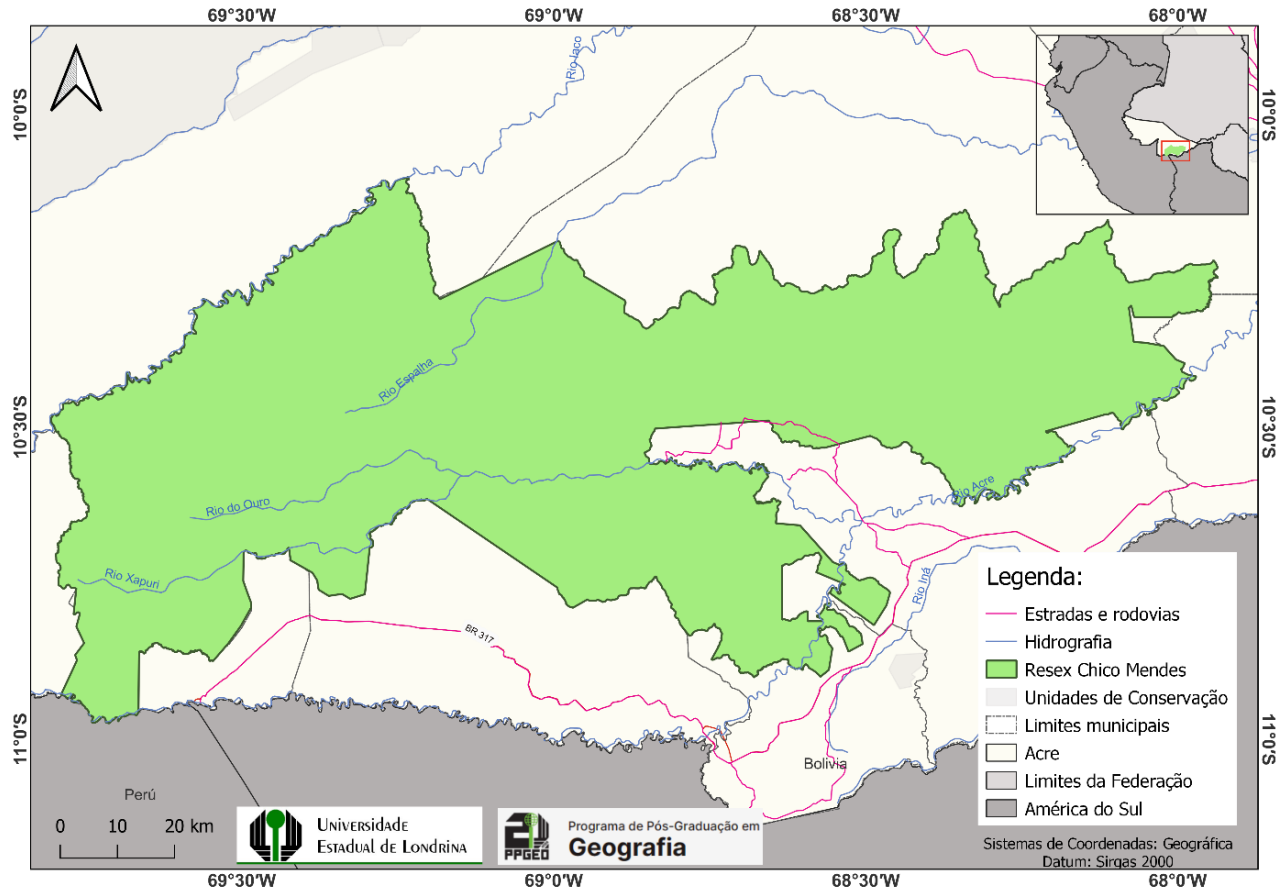
### **Área de estudo**

Os aspectos da pesquisa centraram-se na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM) que está localizada no Estado do Acre, abrange as cidades de Assis Brasil, Brasiléia, Eitaciolândia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco. Corresponde a uma área de 931.542,94 ha. Criada em 12 de março de 1990 pelo decreto: 99.144 de 12 de março (ICMBIO) (Figura 1).

A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada em uma das áreas críticas em relação ao desmatamento no estado do Acre, especificamente ao longo das BR 364, BR 317. A expansão do desmatamento está relacionada aos conflitos fundiários que na maioria dos casos envolve as atividades ilegais de desmatamento, queimadas, retirada de madeira entre outros (Melo et al., 2019). De acordo com os dados do PRODES/INPE, ela é a quinta Unidade de Conservação (UC) mais desmatada da Amazônia Legal.



Figura 1- Localização da Reserva Extrativista Chico Mendes



Fonte: Autores (2025).

### Aquisição de dados espaciais

Os dados espaciais vetorial e matricial, utilizados nesta pesquisa, destacam-se os referentes à cobertura e uso da terra da plataforma do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso da terra do Brasil (MapBioma) para os períodos selecionados de 1985 a 2023. Também, utilizamos os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), disponíveis no portal Base de (Downloadscar.gov.br). O processamento e organização dos dados temporais de uso e cobertura da terra e do CAR, foi feito no *software* Qgis 3.22.5 para elaboração dos materiais que sistematizaram os resultados e discussão.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Situação do Cadastro Ambiental Rural na Resex

A sobreposição dos dados do CAR identificou 760 cadastros: 482 foram cancelados, enquanto 214 estão ativos e em processo de análise, e 64 estão pendentes, aguardando documentação para regularização. Observa-se que, dos 760 cadastros encontrados na Resex, 6 são do tipo Imóvel Rural de Assentamento da Reforma Agrária (AST). Esses imóveis AST localizam-se no limite da reserva, em áreas de projetos de assentamento, sendo a maioria situada no município de Brasiléia. Apenas 2 cadastros são do tipo Imóvel Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), enquanto os 752 restantes são descritos como Imóvel Rural (IRU). O maior número de cadastros, 260, encontram-se no município de Xapuri, dos quais 180 foram cancelados. Seguidos de Eptaciolândia, com 160 cadastros, sendo 126 cancelados. (Tabela 1).

Tabela 1 – Situação dos cadastro Ambiental Rural na Reserva Extrativista Chico Mendes.

	Assis Brasil	Brasiléia	Capixaba	Eptaciolândia	Sena Madureira	Xapuri	Rio Branco	Total
<b>Número de Cadastro</b>	32	151	11	<b>160</b>	30	<b>260</b>	116	760
<b>Status</b>								
Ativo	20	45	7	<b>29</b>	12	<b>66</b>	35	214
Pendente	5	12	1	<b>5</b>	10	<b>14</b>	17	64
Suspensão	0	0	0	<b>0</b>	0	<b>0</b>	0	0
Cancelado	7	94	3	<b>126</b>	8	<b>180</b>	64	482
<b>Tipo</b>								
IRU	32	147	11	<b>160</b>	30	<b>256</b>	116	752
AST	0	4	0	<b>0</b>	0	<b>2</b>	0	6
PCT	0	0	0	<b>0</b>	0	<b>2</b>	0	2

Fonte: Autores (2024)

A presença de apenas dois cadastros do tipo Imóvel Rural de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) revela um problema, considerando que se trata de uma área de Unidade de Conservação. Isso indica uma clara reivindicação de terras na RECM. Mesmo que os cadastros sejam cancelados, o uso da terra permanece na área, principalmente quando a maioria dos cadastros corresponde ao tipo Imóvel Rural, cuja dinâmica de uso da terra difere dos praticados por Povos e



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

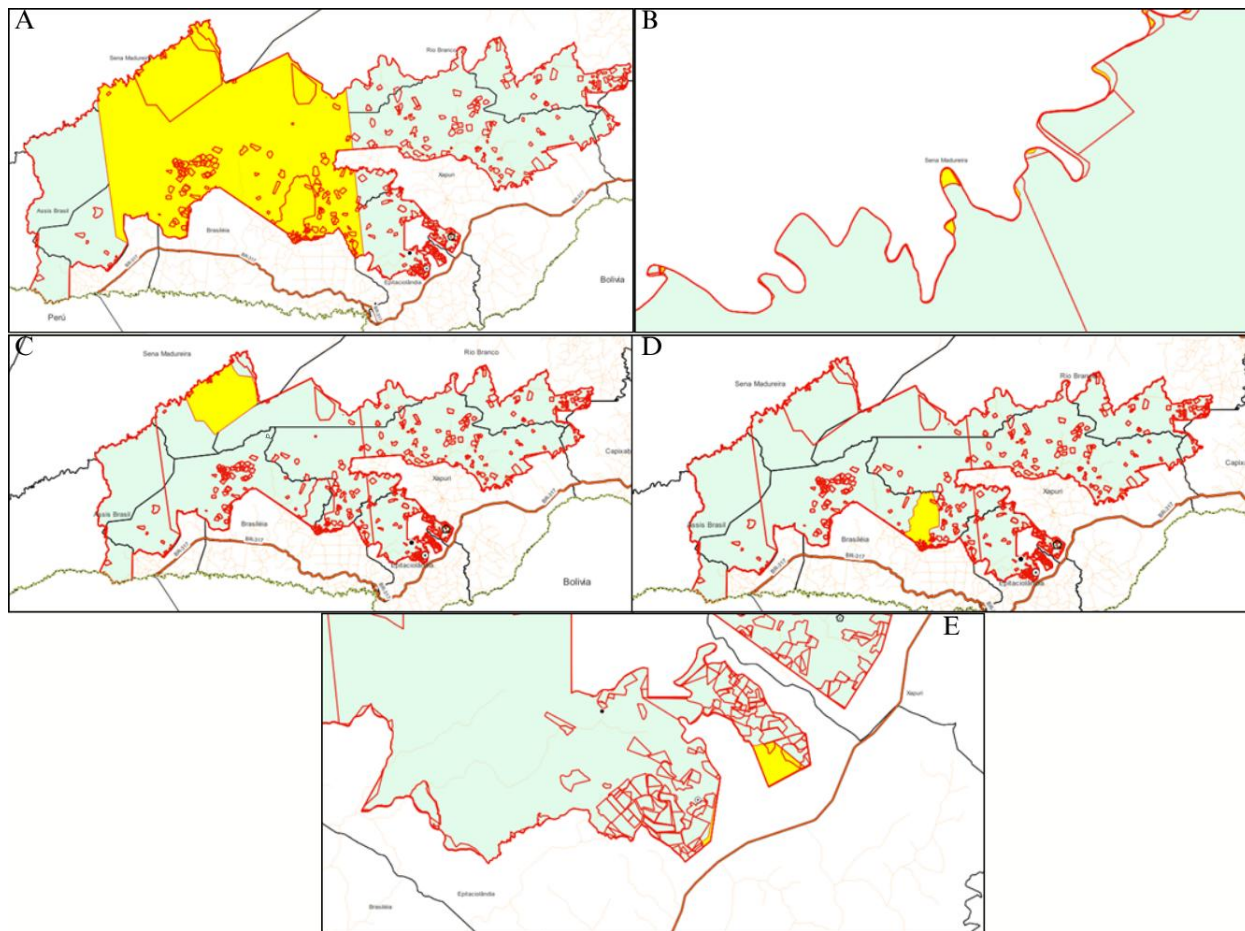
Comunidades Tradicionais. Isso sugere que essas áreas vêm sendo utilizadas com o objetivo de expansão da pecuária extensiva.

A predominância de Imóveis Rurais dentro da reserva extrativista é preocupante e oferece uma base para entender as mudanças territoriais, às quais a RECM está inserida. Além disso, indica o movimento de expansão da fronteira agrícola e o nível dessa pressão sobre áreas protegidas, cujos efeitos tendem a se materializar nas mudanças de uso da terra e nas ações de especulação da terra promovida por agentes que se estabelecem dentro da reserva.

A análise da área de alguns Imóveis Rurais revelou a existência de três registros do CAR com dimensões aproximadas à área da RECM: dois do tipo Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e um do tipo Imóvel Rural de Assentamento da Reforma Agrária (AST). Outro cadastro apresenta uma área de 801.766,097 hectares, representando uma das maiores propriedades, equivalente a 10 mil módulos fiscais. Tal extensão só se justificaria se fosse área destinada a Povos e Comunidades Tradicionais. No entanto, o registro está classificado como Imóvel Rural (IRU). Há ainda, um imóvel, com área de 76.744 hectares, pertencente a uma madeireira sediada em Vilhena-RO. Identificamos, ao menos, três cadastros cujos módulos fiscais equivalem a grandes propriedades (Figura 2).



Figura 2 - Grande propriedade na Reserva Extrativista Chico Mendes. A- Imóvel Rural com 801.766,0974; B- Fazenda com 76.744,773 ha, pertencente a uma madeireira em Rondônia. C- Fazenda seringal com 56.575,3507 ha. D- Imóvel Rural com 18.730,088 ha. E- Fazenda com área de 12.491,4531 ha.



Fonte: Autores (2025)

A intensificação da ocupação tem sido um dos problemas que impactam a RECM, realizada de forma deliberada e informal. Essa prática configura uma dinâmica interna que se aprofunda e se dissemina por diferentes maneiras de apropriação da terra. Como salienta Franco (2024, p.192) “O número de pessoas foi crescendo com o tempo, contribuindo com a consequente retirada da floresta, pois para se alimentarem precisam trabalhar na terra”.

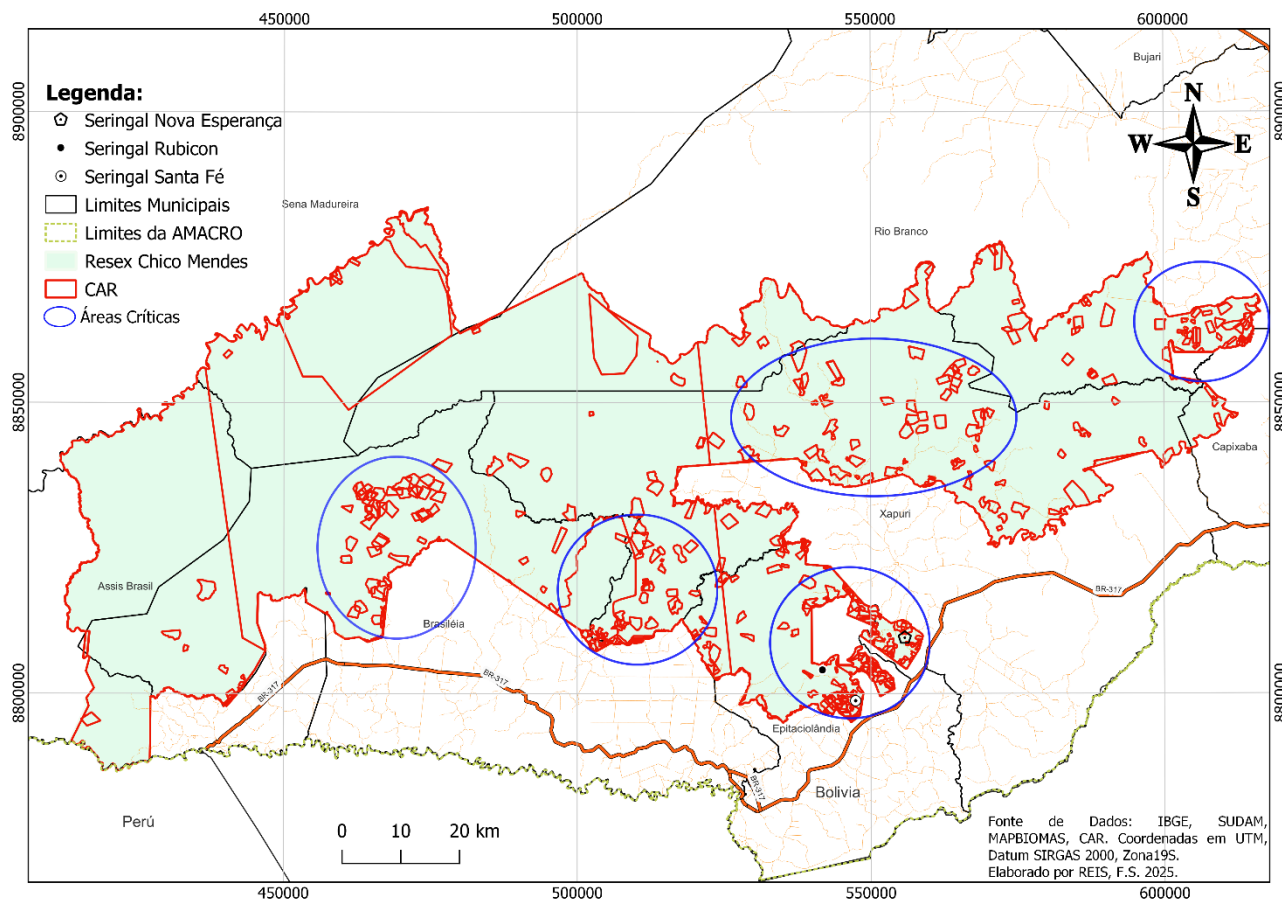
E para além disso, existe uma dinâmica de agentes ilegais que atuam na comercialização irregular de áreas dentro da reserva, como ficou explicitada pela Operação Terra Grabber da Polícia Federal em 2025 (Acre 24 horas, 2025).

Em Xapuri e Eptaciolândia encontram-se os seringais mais pressionados na RECM: Nova Esperança (em Xapuri), Santa Fé e Rubicon (em Eptaciolândia). Esses seringais possuem a forma de uso e ocupação da terra distintas dos seringais tradicionais, que mantêm uma perspectiva direcionada



à cultura extrativista. Nesses seringais, a população se caracteriza como produtora extrativista, produtora rural, extrativista e agricultora (Franco, 2024). (Figura 3).

Figura 3 – Seringais pressionados na Reserva Extrativista Chico Mendes.



Fonte: Autores (2025)

“Na perspectiva dos seringais tradicionais, a cultura extrativista ainda é bem presente, pois encontramos muitos moradores com perfil de seringueiro e/ou similar, apesar de muitos não exercerem mais a atividade nos dias de hoje”[...] (Franco, 2024, p. 138) . Por outro lado, os seringais considerados não tradicionais têm como principal atividade a pecuária. Neles possuem uma cultura agrícola pecuarista, e seus moradores são funcionários públicos, agricultores e pecuaristas. Nesses seringais, a cultura extrativista é menos expressiva (Franco, 2024).

## A evolução do uso e cobertura florestal

A análise dos dados de uso e cobertura da terra mostra que a formação florestal se sobressai. No entanto, em 1985 haviam 924.575,52 ha de floresta em relação a área total da reserva, em 2023,



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

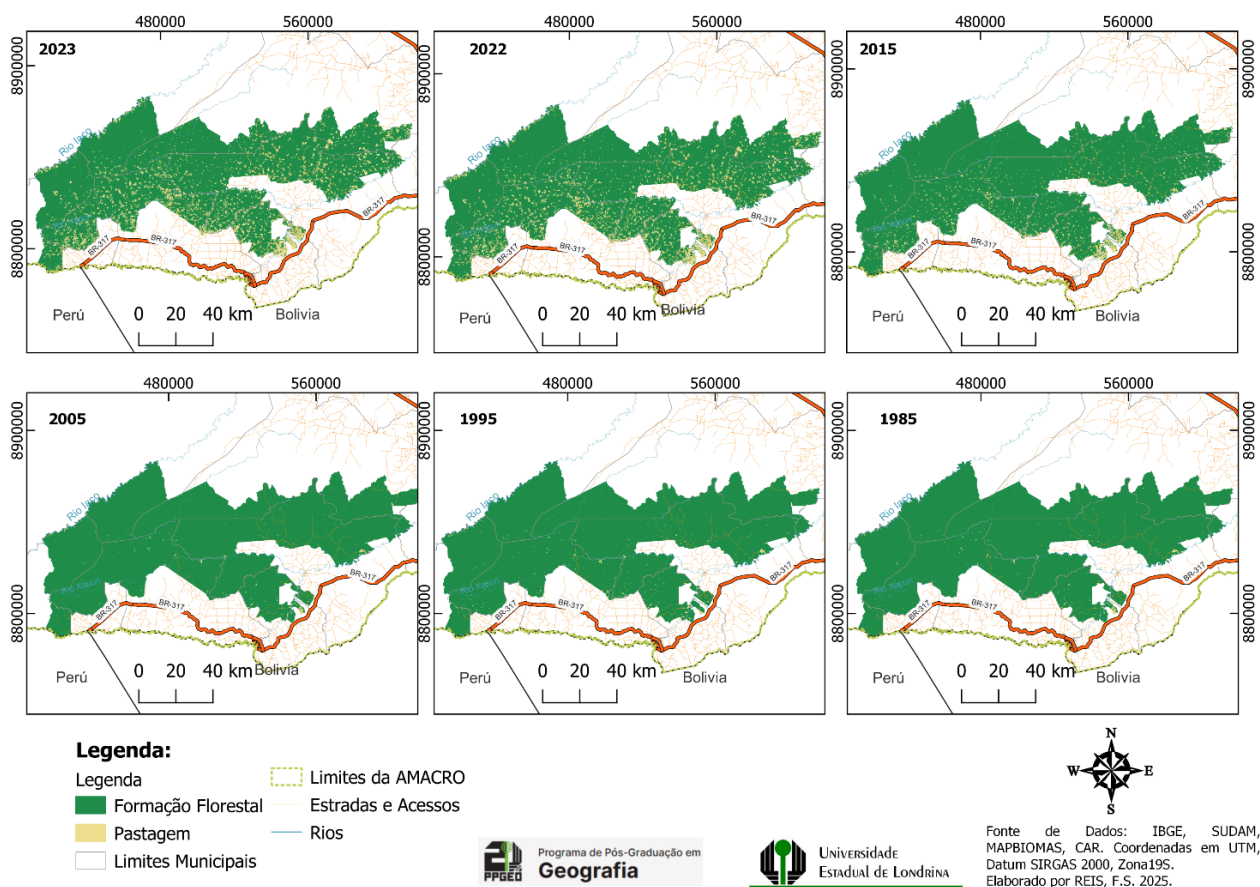
AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

a cobertura florestal era 824.128,84 há, Isso, mostra que a formação florestal está em declínio, pois em 1985 demonstrava uma floresta quase intacta. Em 38 anos houve uma perda de mais de 100 mil hectares. Isso mostra uma redução de cerca de 11% na cobertura florestal. A perda florestal acumulada (33,25%).

Quanto as mudanças de uso e transformação da floresta a que a resex foi submetida no período de estudo, verificou-se o aumento da área de pastagem. Em 1985 de 5.645,21, em 2023 foi para 105.530,37 hectares, o que pode indicar avanço da pecuária ou ocupação irregular (Figura 4).

Figura 4 – A evolução do uso e cobertura florestal na Reserva Extrativista Chico Mendes (1985-2023).



Fonte: Autores (2025)

Há uma relação direta entre perda florestal e aumento da pastagem entre 1985 e 2023. Nesse período a floresta perdeu cerca de 100.446,68 hectares de sua cobertura. Enquanto a pastagem aumentou em 99.885,16 hectares. Em 1985, a perda era de apenas 0,61%. Em 2023, chegou a 12,81%, o que é mais de 20 vezes maior. Tabela 2.



Tabela 2 – Formação florestal e pastagem na Reserva Extrativista Chico Mendes (1985-2023).

	Formação florestal (ha)	Área de pastagem (ha)	Perda Florestal
1985	924.575,52	5.645,21	0,61%
1995	922.313,51	7.966,48	0,86%
2005	908.090,94	22.375,84	2,46%
2015	887.266,45	43.044,77	4,85%
2022	833.171,08	97.143,03	11,66%
2023	824.128,84	105.530,37	12,81%
<b>Total</b>	5.299.546,35	281.705,70	33,25%

Fonte: Autores (2024).

As mudanças mais expressiva começa no ano 2005 e se intensificam em 2022 e 2023 com 11,66% e 12,81% respectivamente. Tabela 2. Configurando-se a pastagem como responsável da perda florestal.

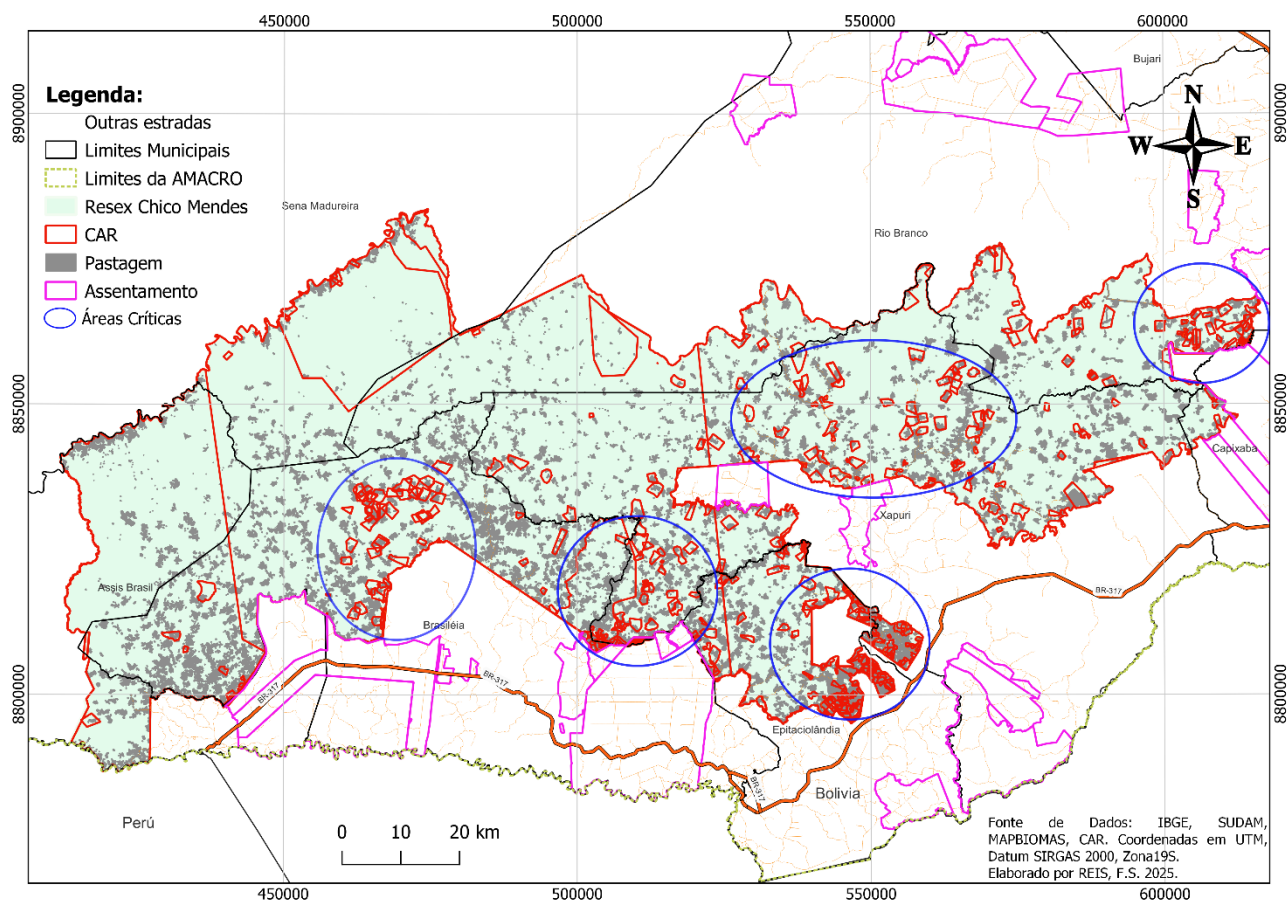
### **A dinâmica de ocupação e sua relação com o aumento da pastagem**

A área de pastagem abrange na porção sul da RECM, seguindo a rodovia 317, se estende desde a Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil, sendo que estas últimas fazem fronteira com o Peru. Em Xapuri essa dinâmica vai seguir por trecho de estradas não oficiais. Nos municípios de Xapuri e Epitaciolândia, apresentaram os maiores números de CAR.

O avanço da pecuária que é atividade que impulsiona a mudança de uso do território, resulta nas áreas de pastagem e conseqüentemente no avanço do desmatamento. O predomínio desse tipo de atividade também está relacionado com o processo de ocupação. Que atualmente é um problema na resex. O aumento dos polígonos de desmatamento nas áreas de predomínio dos registros do CAR, comprovam a crítica situação fundiária na RECM de invasões e comercialização ilegal de terra, aumento do desmatamento e expansão da pecuária ilegal (Acre 24 horas, 2025). (Figura 5).



Figura 5 – Áreas pressionadas pela pecuária e ocupação na Reserva Extrativista Chico Mendes.



Fonte: Autores (2025).

A intensificação de ocupação da resex por agentes diversos termina por estimular grandemente a atividade da pecuária. E incute uma nova dinâmica de ocupação a essa área, essa dinâmica na resex evidencia um processo de loteamento na RECM, ou seja “[...] a venda da terra em pedaços cada vez menores, \_\_ essa dinâmica de intensificação ocorreu pela invasão, doação, compra e venda de terra (Franco, 2024, p. 136). A venda e a ocupação indiscriminada da terra, se dar por meio da negociação de maneira informal entre vendedores e compradores (Franco, 2024).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da fronteira agrícola no Sudoeste da Amazônia demonstra forte influência sobre os territórios protegidos, refletindo a conjuntura da lógica de expansão capitalista que impõe a esses territórios realidades problemáticas e conflitos internos. É o caso da RECM, onde o território enfrenta sérios problemas relacionado ao aumento do desmatamento e às ocupações irregulares, impulsionados por vetores que sustentam essa lógica de expansão da fronteira sobre as áreas protegidas.

A situação da REM evidencia um processo de captura de terras públicas, marcado pela consolidação da propriedade privada. A predominância de Imóveis Rurais em áreas de uso comum mostra as estratégias de incorporação dos territórios protegidos à lógica de acumulação capitalista para a produção da pecuária extensiva e exploração madeireira ilegal.

Nesses territórios, a pastagem avança como um dos principais responsáveis pela perda florestal. Esse processo evidencia uma dinâmica de ocupação e uso do território que vem transformando grandes áreas dentro da reserva, configurando novas dinâmicas territoriais, que geram conflitos por disputa de terras, comprometem a conservação da floresta e inviabilizam o desenvolvimento de modelos econômicos sustentáveis para as populações locais. E sobretudo, indica o nível de vulnerabilidade territorial em que a RECM está inserida.

Tal situação, compromete o objetivo da Resex de contribuir para a qualidade de vida e autonomia produtiva das populações que depende da floresta, expondo esses territórios a práticas que visam a sua degradação. É necessário discutir essas dinâmicas e buscar soluções para os novos desafios que recaem sobre a RECM.

**Palavras-chave:** Dinâmica territorial; Problemas fundiários; Amazônia Sul Ocidental; Degradação.



## REFERÊNCIAS

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Resex Chico Mendes. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-chico-mendes/resex-chico-mendes> .

ACRE 24 HORAS. Operação da PF combate invasões e desmatamento na Resex Chico Mendes. 2025. Disponível em: <https://ac24horas.com/2025/08/12/operacao-da-pf-combate-invasoes-e-desmatamento-na-Resex-chico-mendes/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Portaria GM/MMA nº 1.202, de 11 de novembro de 2024. Dispõe sobre a atualização da lista de municípios prioritários para ações de prevenção, controle e redução dos desmatamentos e degradação florestal, e da lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 220, p. 121, 13 nov. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/mma-n-1.202-de-11-de-novembro-de-2024-595667200>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CARRERO, Gabriel Cardoso; WALKER, Robert Tovey; SIMMONS, Cynthia Suzanne; FEARNside, Philip Martin. Land grabbing in the Brazilian Amazon: Stealing public land with government approval, **Land Use Policy**, v. 120, 2022, p. 106-133. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837722001600?via%3Dihub>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FRANCO, Alexsande de Oliveira. Disfuncionalidades em áreas naturais protegidas na Amazônia sul ocidental. Rio Branco: Edição do autor EAC editor, 2024.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Resex Chico Mendes. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de->. Acesso em: 15 ago. 2025.

ISA. Instituto Socioambiental. Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/626> . Acesso em: 15 ago. 2025.

MELO, Antônio Willian Flores de; SILVA, Sonaira Souza da; OIGHENSTEIN, Liana Anderson; AMARAL, Eufra Ferreira do; SILVA, Myris; SOUZA Conceição Marques de. Áreas críticas para desmatamento e focos de calor no Acre: integrando dados de sensoriamento remoto e entrevistas participativas. *In: XIX Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto*. 2019, Santos. **Anais [...]**. São José dos Campos, Galoá. 2019. p. 1260-1263.

MENEZES, Thereza; SCHMITT, Claudia Job; KATO, Karina; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Introdução à seção temática: Cenários da regularização fundiária e ambiental na Amazônia Legal. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 1, 2018, p. 5-12. Redalyc, Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599968497001>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; BERNARDES, Júlia Adão. Avanço do agronegócio na Amazônia: antecipação espacial, processos de espoliação na tentativa de criação da AMACRO e



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

expansão da fronteira agrícola. **Rev. NERA**. Presidente Prudente, SP, v. 27, n. 2, e10122. 2024. DOI: 10.47946/rnera.v27i2.10122

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Dinâmica do desmatamento no estado do acre – PRODES ano florestal 2022/2023. 2024. Disponível em: [https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2022\\_2023.pdf](https://sema.ac.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2022_2023.pdf). Acesso em: 17 jul. 2025.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. (Org.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-314.

SILVA, Sonaira Souza da; OLIVEIRA, Igor; MORELLO, Thiago Fonseca; ANDERSON, Liana Oighenstein; KARLOKOSKI, Adriele; BRANDO, Paulo Monteiro. Burning in southwestern Brazilian Amazonia, 2016-2019, **Journal of Environmental Management**, v. 286, p. 112-189, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479721002516>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVA, Viviane Vidal da; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Amazon, Frontier and Protected Areas: dialectic between economic expansion and nature conservation. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, p. e02241, 2022.

SOUZA, Murilo. Projeto exclui áreas específicas da Reserva Chico Mendes, no Acre. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/630910-projeto-exclui-areas-especificas-da-reserva-chico-mendes-no-acre/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TESTON, Luci Maria; FRADE, Djair Durand de Ramalho. Conflitos Ambientais na Resex Chico Mendes: indicadores econômicos e ambientais e reflexos políticos da Operação Suçuarana. 2025. O Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL). Disponível em: <https://legal-amazonia.org/conflitos-ambientais-na-resex-chico-mendes-indicadores-economicos-e-ambientais-e-reflexos-politicos-da-operacao-sucuarana/>. Acesso em: 10 nov. 2025.